



**Ata nº 2/2026 – Sessão ordinária de dois de fevereiro de 2026**

-----Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, na Casa do Povo de Ponte do Sótão, Freguesia de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas, o senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, agradecendo à Direção da Associação de Melhoramentos e Assistência da Ponte do Sótão por ter disponibilizado a Casa do Povo para aqui se realizar a presente sessão, bem como a toda a Equipa pela recetividade em confeccionar a refeição que irá ser tomada após os trabalhos, salientando que esta sessão descentralizada além de objetivar a aproximação dos eleitos com os eleitores tem também como objetivo a recolha de alguma receita face às despesas provenientes da cedência do espaço. -----

-----Apresentou uma palavra de coragem e esperança a todas as Famílias e Empresas afetadas por esta recente tempestade, quer ao nível do concelho, sobretudo a Freguesia de Alvares, por ter sido a mais fustigada com esta intempérie, sendo do seu conhecimento que as Equipas da Câmara Municipal e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis encontram-se no terreno a repor algumas situações, quer ao nível nacional, dirigindo uma palavra solidária para todos os habitantes e empresários de Leiria por ter sido o distrito mais afetado por nesta tempestade.-----

-----Seguidamente, deu a palavra ao Primeiro Secretário, José Ricardo Rosa de Carvalho, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Nuno Miguel Almeida Alves Baeta (Partido Social Democrata);-----

-----**Primeiro Secretário:** José Ricardo Rosa de Carvalho (Partido Social Democrata);-----

-----**Segunda Secretária:** Célia Maria da Cunha Sanches (Partido Social Democrata);-----

-----Estiveram presentes os seguintes elementos:-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Vítor Hugo Machado Ribeiro;-----

-----Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----Rui Manuel Pereira da Silva.-----

**Partido Socialista:**

Diamantino Jorge Simões Garcia;

Ana Luísa Santo Duarte Oliveira;

Joaquim Manuel Fonseca Mateus;

Carlos da Conceição de Jesus;

Liliana Cristina da Silva Serra;

Ricardo José Duarte Ventura.

**Presidentes das Juntas de Freguesia:**

Alvares – Lara Sofia Dias Baeta (Partido Socialista);

Góis – Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata);

União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - Sandra Maria Félix Henriques (Partido Socialista);

Vila Nova do Ceira – António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata).

**FALTAS:** Não houve.

**SUBSTITUIÇÕES:** Não houve.

**Câmara Municipal:**

Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças:

Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.

Vereadores:

Nuno Miguel Martins Bandeira;

Paula Cristina Silva Matos Neves;

Jaime Miguel Fernandes Garcia;

Ana Paula Rodrigues Gonçalves.

De seguida a senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Célia Maria da Cunha Sanches, leu a Ordem do Dia, a saber:

**ORDEM DO DIA:**

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

1. Informação sobre o Expediente da Assembleia Municipal

2. Resposta às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio

-----3. Apresentação e Votação de Votos de Louvor, Congratulação, Saudação, Protesto ou Pesar sobre Assuntos ou Personalidades de Especial Relevo para o Município-----

-----4. Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Discussão e Aprovação do Documento de Recomendações - Mercado Municipal-----

-----2. Discussão e Votação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes-----

-----3. Discussão e Votação da Modificação aos Documentos Previsionais N.º 4/2026 – Revisão ao Orçamento N.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) N.º 1-----

-----4. Conhecimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso/Declarações-----

-----5. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização Prévia Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2025 – Comunicação Periódica-----

-----6. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tem sido sua prática encaminhar a documentação com maior relevância para os senhores Líderes dos Grupos Municipais, existindo outra que também tem sido encaminhada para todos os membros desta Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**2. RESPOSTA ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO QUE NÃO TENHAM SIDO ESCLARECIDAS NO MOMENTO PRÓPRIO**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que na última sessão no período de intervenção do público, o senhor Ângelo Raposo, munícipe da Freguesia de Alvares, usou da palavra não tendo para o efeito obtido resposta às suas questões pelo facto do senhor Presidente da Câmara Municipal não se encontrar presente na sessão, durante este período, tendo para o efeito apresentado a devida justificação, pelo que lhe irá dar a palavra para proceder aos devidos esclarecimentos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os danos no arruamento de acesso à habitação do munícipe, provocados por intervenção da APIN na rede de saneamento, referiu que a situação foi reencaminhada para a APIN em 30.09.25. Em relação à questão da toponímia, ou seja, a morada não constar no sistema GPS, causando falhas nas entregas de encomendas, referiu que o Município fornece a

informação de toponímia às seguintes entidades: CTT, Conservatória, Tribunal e Autoridade Tributária (Finanças), GNR (local). A atualização em plataformas como o Google Maps e restantes sistemas GPS ligados à Google deverá ser tratada junto da entidade gestora dessas aplicações, pelo que os serviços poderão averiguar junto da aplicação como se realiza essa atualização. Sobre o processo de obras informou que encontra-se a aguardar resposta a ofício de aperfeiçoamento, na fase de projetos de especialidades ou deliberação final, desde 30.09.25.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3. APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DE VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR SOBRE ASSUNTOS OU PERSONALIDADES DE ESPECIAL RELEVO PARA O MUNICÍPIO**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar a palavra a quem desejasse intervir no ponto em questão, informou que, no dia de hoje, estaria a ser experimentado um novo método no sentido de melhorar a auscultação a quem se associa à sessão via online, ou seja, os membros da Assembleia Municipal que desejarem usar da palavra deverão deslocar-se ao púlpito a fim de efetuar a sua intervenção.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu ser sua opinião que a metodologia que se pretende instituir não será a mais confortável para quem deseje usar da palavra, uma vez que quando alguém entender usar da palavra terá que se deslocar do seu lugar e dirigir-se ao púlpito e quando lhe prestarem os devidos esclarecimentos se desejar colocar uma outra questão terá que, novamente, se deslocar do seu lugar e assim sucessivamente. Referiu que desde que as reuniões da Câmara Municipal e sessões da Assembleia Municipal são transmitidas tem acompanhado as mesmas não tendo tido até à data qualquer problema com o som, pelo que na sua ótica não vê qualquer razão para obrigar os membros a usar da palavra no púlpito, podendo esta metodologia causar alguns constrangimentos no uso da palavra a alguns membros.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu aceitar a opinião do membro, não tendo esta metodologia como objetivo criar qualquer tipo de constrangimento no uso da palavra, não sendo também uma inovação pelo facto de ser utilizada por outros municípios, pelo que entende que se este for o melhor procedimento para que haja uma melhor audição das sessões da Assembleia Municipal será o que irá ser utilizado. De seguida, deu a palavra para quem desejasse falar sobre o assunto relativo ao ponto em questão.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, apresentou Proposta de Voto de



Congratulação e Homenagem a António Arnaut — 90 anos do nascimento, que a seguir se passa a citar:-

-----“No momento em que assinalamos simbolicamente os 90 anos do nascimento de António Arnaut, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Congratulação e Homenagem a uma das figuras maiores do Portugal democrático. Poeta, advogado e humanista, António Arnaut foi uma referência ética e cívica incontornável e um dos mais sólidos símbolos da ética republicana de esquerda, tendo colocado a dignidade humana no centro da ação política e da construção democrática. Cofundador do Partido Socialista, António Arnaut esteve desde a primeira hora ligado a um projeto político que afirmou a liberdade, a justiça social e os direitos fundamentais como pilares da democracia portuguesa. A sua ação política marcou de forma decisiva o país, ao consagrar o direito à saúde como um verdadeiro pilar da cidadania. Como principal impulsionador do Serviço Nacional de Saúde, António Arnaut deixou ao país uma das suas maiores conquistas civilizacionais. O SNS permanece como o seu poema mais bonito — uma obra coletiva, mas com uma assinatura ética inconfundível: a de quem acreditou que ninguém deve ser excluído do acesso à saúde por razões económicas ou sociais. Ao evocar António Arnaut, evocamos também uma certa ideia de política: exigente, humanista, decente e comprometida com o bem comum. Defender o SNS, hoje, é continuar ao seu lado, honrando o seu legado e reafirmando os valores que estiveram na génese do Partido Socialista e da nossa democracia. -----

-----Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Congratulação e Homenagem a António Arnaut, assinalando os 90 anos do seu nascimento e reconhecendo o seu contributo ímpar para a democracia portuguesa, para o Partido Socialista e para a afirmação do direito universal à saúde.” -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Congratulação e Homenagem apresentado à votação, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

### -----**3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu que por ser uma reunião de trabalho e pelo facto de ter apontamentos no seu computador e também em formato papel dos assuntos que irão ser abordados entende que por uma questão de logística e celeridade iria usar da palavra no seu lugar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que cabe à sua pessoa gerir os trabalhos da Assembleia Municipal sendo este o seu modus operandi, estando presentemente a ser efetuada uma experiência relativamente ao som para que haja uma melhor perceção a quem nos segue online, sendo efetivamente a membro livre de efetuar a sua intervenção no lugar que ocupa, porém não irá ser visualizada, nem ouvida, por quem se encontra a seguir a transmissão desta sessão. Referiu ainda, que o púlpito reúne condições para que a membro possa proceder à sua intervenção com recurso ao seu computador e apontamentos escritos.-----

-----Dada a palavra, senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, estando a presente sessão a realizar-se em Ponte do Sótão referiu que irá pronunciar-se sobre alguns aspetos positivos desta localidade bem como de outros aspetos que entende que têm de ser melhorados. Referiu não ser indiferente estarmos hoje aqui, na Casa do Povo de Ponte do Sótão. Os lugares têm identidade, mas são sempre as pessoas que lhes dão vida. Esta aldeia é rio, é serra, é natureza, mas é também memória de trabalho e de indústria. Durante décadas, a antiga fábrica de papel foi mais do que um edifício: foi emprego, foi sustento, foi comunidade. Muitas famílias têm ali parte da sua história. Hoje, esse espaço está silencioso. Mas a memória permanece. E com ela a responsabilidade de pensarmos o futuro sem apagar o passado. Referiu que a Assembleia Municipal não executa, mas deve refletir e apontar caminhos. E a reflexão que deixa é simples: será que este património deve ficar entregue ao tempo, ou pode voltar a ter significado para o concelho. Num momento em que a Ponte do Sótão começa, felizmente, a voltar a atrair novos moradores, pessoas que procuram qualidade de vida e ligação ao território, faz sentido pensarmos em projetos que reforcem essa dinâmica. Projetos que respeitem a história, mas criem oportunidade. Que honrem quem cá esteve, mas deem razões para ficar a quem chega. Talvez a antiga fábrica nunca volte a produzir papel. Mas pode voltar a produzir algo essencial: vida, pessoas e futuro. É esta reflexão, serena, aberta e responsável que deixa ao Executivo, às forças políticas e à comunidade. --

-----Ao nível de questões mais práticas, de curto prazo e com intervenção direta na população desta localidade, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação do processo relativo à ponte da fábrica na Ponte do Sótão, prevista no orçamento de 2026, mas que diz respeito a reparação dos danos provocados pelas cheias de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, uma vez que, infelizmente, estamos agora a viver outras intempéries. Uma outra questão que apresentou foi sobre o saneamento básico nesta aldeia, uma vez que no âmbito do POSEUR foi aprovada uma candidatura “Fecho de sistemas de saneamento de águas residuais - ligação à ETAR de Ponte do Sótão”, efetuada pela APIN, no montante de cerca de meio milhão de euros, salientando que a obra não teria sido executada,

devido a sucessivos concursos desertos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à fábrica de papel comunga da preocupação, por ser um equipamento que tem significado para esta aldeia e também para o concelho que, no passado, representou postos de trabalho, fixação de pessoas, sendo atualmente apenas uma infraestrutura sem qualquer tipo de utilização, tratando-se de um equipamento que é propriedade de um privado, pelo para que se dê uma nova vida ao espaço terá que se proceder a consulta ao proprietário. Em relação ao processo relativo à ponte da fábrica informou ter sido objeto de procedimento concursal tendo sido o projeto adjudicado, tendo a empresa vencedora, quando iniciou os trabalhos, confrontado com uma situação que lhe criou constrangimentos, tendo posto em causa o projeto executado, derivando daí uma divergência entre a empresa e o projetista que elaborou o projeto pelo facto de a empresa não concordar com o projeto, apesar de ter tido acesso ao mesmo para efeitos de concorrer ao concurso para a empreitada, sendo um processo que está em contencioso acompanhado pela advogada do Município. Em relação à questão do saneamento referiu que a Câmara Municipal lançou três procedimentos concursais tendo os mesmos ficado desertos, não estando previsto trabalhos de saneamento nos tempos mais próximos.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, iniciou a sua intervenção referindo que nem todas as inovações que o senhor Presidente da Mesa entende serem as melhores para o funcionamento das sessões são de facto as que melhor se adequam, sendo exemplo disso os membros da Assembleia Municipal que pretendem usar da palavra terem que o fazer no púlpito, contudo os próprios não têm acesso ao monitor com o seu período de tempo. Ainda sobre o tempo que nos é disponibilizado informou que a partir da presente sessão não irá, no uso da palavra, apresentar cumprimentos, fá-lo-á antes do início dos trabalhos, caso tenha oportunidade, porquanto esse mesmo tempo é descontado. Sobre a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal referiu que apesar de algumas das alterações terem sido na sequência de outros regimentos, como foi dado o exemplo do de Lisboa, porém não se pode comparar o número de membros da Assembleia Municipal de Lisboa como o número de membros da Assembleia Municipal de Góis. Ainda sobre procedimentos referiu o seu desapontamento com o edital relativo às deliberações aprovadas em minuta na sessão realizada no dia 29.12.25, em que numa das deliberações, é feita referência ao seu nome pelo facto de se ter absterido na votação do assunto, quando houve outro assunto em que outras pessoas também se abstiveram e não é feita referência ao nome das mesmas, pelo que ao nomear o seu nome, deveria também ser dito que efetuou uma declaração de voto explicando o porquê da posição que tomou, teria sido efetivamente o

mais correto, tendo sido uma atitude discriminatória. Ainda sobre o tratamento à sua pessoa referiu que quando é remetida correspondência, enquanto cidadão eleito para a Assembleia Municipal, a sua morada tem “elemento da Assembleia Municipal de Góis” referindo não ser nenhum elemento, mas sim um ser humano, pelo que solicitou que seja eliminada essa palavra na sua morada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao Regimento referiu ser uma falácia que o PS não tenha sido auscultado, lembrando que após o ato de tomada de posse da Assembleia Municipal e constituição da Mesa da Assembleia Municipal alertou para este mesmo facto, tendo a proposta do documento sido enviada dentro do prazo máximo permitido pela legislação em vigor a fim de o mesmo ser previamente analisado para que em sede da Assembleia Municipal fossem apresentados contributos, pelo que se não houve contributos por parte do Grupo Municipal do PS foi, unicamente, por opção. Ainda sobre as alterações constantes no Regimento referiu não se ter baseado no de Lisboa, tendo tido o cuidado de remeter um documento, a todos os eleitos, sobre um estudo de três investigadores sobre um resumo dos regimentos existentes no país, tendo exemplos de Lisboa e Porto, mas também de Pombal e de outros municípios mais pequenos, pelo que foi entendido adequar o documento à nossa realidade. No que concerne à morada apresentou desculpas pelo facto de constar elemento, porquanto o correto é membro de acordo com os normativos legais, assim como no edital deverá constar somente a votação relativa aos assuntos, reiterando as suas desculpas pelo lapso ocorrido. -----

-----O senhor Joaquim Manuel Fonseca Mateus, membro eleito pelo PS, iniciou a sua intervenção referindo que esta irá ter como foco a catástrofe recentemente ocorrida, nomeadamente em Cortes, Freguesia de Alvares, situação de trauma coletivo que, felizmente, as outras freguesias do concelho não sentiram com a mesma grandeza, apenas obstrução de estradas e quedas de árvores de grande porte, mas em Cortes segundo os mais idosos não têm memória de ter acontecido algo semelhante. Efetivamente verificou-se também a queda de árvores centenárias, porém a devastação mais explícita foi mesmo ao nível material, telhados de muitas habitações entre outros bens materiais que foram destruídos. Referiu que a comunidade das Cortes é um exemplo de proatividade tendo desde logo cedo iniciado trabalhos de reposição, tendo para o efeito contado com o apoio e ajuda dos Bombeiros Voluntários de Góis, profissionais que nos apoiaram como profissionais, mas também como voluntários, as colaboradoras das IPSS, parte destas que se deslocaram da sua área de residência, Chã de Alvares, a pé até a Alvares, para se dirigirem ao seu posto de trabalho, a Junta de Freguesia de Alvares, a Câmara Municipal de Góis que desde a primeira hora estiveram junto da comunidade Alvarense. Dirigiu uma palavra aos empresários da construção civil pelo facto de as empresas desta freguesia, desde a primeira

hora, terem-se associado aos trabalhos de reposição dos telhados. Presentemente, referiu que a unidade da IPSS local, em Cortes, tem danos ao nível de infiltração em sete quartos, situação que urge ser resolvida, pois os utentes tiveram que ser deslocalizados para outro local, porquanto o telhado foi todo levantado, tendo para o efeito sido tomados procedimentos para evitar a infiltração de águas, sendo esta a situação a que se deve dar prioridade tendo em conta a idade dos utentes e os danos que o edifício possa vir a sofrer se a reposição do telhado for demorada. -----

-----Concluiu, referindo que o senhor Presidente tem tido uma gestão dos trabalhos impositiva e agressiva não sendo, na sua ótica, justificativa, porém há situações que podemos melhorar, havendo naturalmente soluções positivas, todavia existem outras que entende ser importante que haja consenso, não havendo necessidade de se sentir protegido por uma maioria política. Referiu, que a questão de alteração ao Regimento das condições apresentadas foi forçada, assim como, no dia de hoje, a questão de os membros terem que se deslocar ao púlpito para uso da palavra, não lhe parecendo importante haver assuntos políticos por situações menores.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação aos danos existentes na localidade de Cortes no âmbito da tempestade recentemente ocorrida referiu que se deslocou a esta freguesia assim que lhe foi comunicado os vários estragos, tendo sido colocada no terreno uma equipa para repor algumas situações em função da catadupa de situações com que fomos confrontados, tendo os trabalhos sido efetuados durante o dia e durante parte da noite, com situações adversas, dirigindo uma palavra de reconhecido agradecimento a todos quantos estiveram disponíveis em prol da comunidade. É um facto que a situação mais grave nas habitações foi sem dúvida o levantamento de alguns telhados, pelo que não tínhamos capacidade ao nível de trabalhadores para reposição das telhas nos telhados. Referiu que tivemos que perceber quais os apoios que iriam ser dados pelo governo, tendo para o efeito sido realizadas reuniões, para que os Municípios dessem conhecimento dos danos causados nos territórios para que fossem tomadas medidas, tendo as mesmas sido tomadas no dia de ontem. Acresce, que nos foi comunicado que os seguros terão que ser acionados, tendo sido comunicado para os municípios da CIMRC a disponibilização de telhas e lonas para colocação nas habitações que necessitassem. Nesse sentido, foi feito um levantamento do tipo de telhas que seriam necessárias e quantidade, as quais ainda não foram rececionadas. No dia de hoje uma equipa de trabalhadores esteve nas Cortes a ajudar na reparação de alguns telhados. Sobre a questão da IPSS informou que irá verificar a situação junto da direção para se tomar procedimentos ao nível de apoios para repor a situação referente às infiltrações de forma a que o lar reúna condições para o acolhimento dos seus utentes. -----



-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a partilha da situação vivida por quem reside in loco sendo óbvio que toda a Assembleia partilha de um voto de solidariedade para com os fregueses de Alvares, mencionando a performance das trabalhadoras da IPSS que após o seu trabalho voluntário e tendo em conta todos os constrangimentos não deixaram de ir cumprir os seus haveres profissionais face à frágil idade dos utentes facto que é de louvar. Sobre as últimas palavras do membro referiu que ambos pertencem há já alguns anos e se alguém teve maioria durante esses mesmos anos foi a sua pessoa pelo que nunca se defendeu nessa maioria, tendo sido sempre próximo fazendo tudo para que a Assembleia Municipal tenha conhecimento dos assuntos no maior prazo de tempo, sendo que a sua posição mais fria acontece quando se pretende fazer política apontando apenas questões burocráticas, lamentando que no período de assuntos de interesse para o município sejam tratados assuntos como usar da palavra no púlpito, efetivamente não se trata de uma inovação, mas sim de uma solução para que quem nos assiste online nos consiga ouvir nas melhores condições. -----

-----O senhor Vítor Hugo Machado Ribeiro, membro eleito pelo PSD, iniciou a sua intervenção agradecendo à Associação de Melhoramentos e Assistência da Ponte do Sótão e à Casa do Povo de Ponte do Sótão, na pessoa do senhor Carlos Barata, pela disponibilidade e amabilidade com que acolhem hoje esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Góis. Referiu que esta era uma medida preconizada nos manifestos eleitorais dos dois grupos municipais e, na sua ótica, fundamental para o bom funcionamento das instituições autárquicas, com o intuito de aproximar os eleitos locais e a sua tomada de decisão das populações que vivem mais afastadas do centro do concelho de Góis. Neste sentido, felicitou o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela dinamização desta sessão descentralizada, assim como a todos as pessoas do público presentes, que valorizam ainda mais o trabalho de todos os membros desta Assembleia. De seguida, destacou a presença do Município de Góis na Feira Internacional de Turismo, em Madrid, que ocorreu no stand da CIM-RC e teve o seu principal foco na divulgação do património natural do Concelho de Góis, nomeadamente na divulgação do Ciclo da Truta de Góis e na divulgação do Vale do Ceira, bem como na dinamização de várias ações associadas à promoção dos produtos regionais de Góis. A participação neste tipo de eventos é fundamental para maximizarmos todas as potencialidades dos nossos territórios, da nossa gastronomia e das nossas dinâmicas culturais como um produto turístico de excelência. Referiu ainda, que o mês de janeiro ficou também marcado pelo término da Iniciativa “Retratos de Natal”, com a realização de três concertos dos Reis: um realizado na Igreja da Ponte do Sótão, outro realizado na Capela Multiusos da Casa da Costeira em Vila Nova do Ceira e o terceiro realizado no Espaço de Convívio da União Recreativa do Cadafaz. Neste sentido, apresentou um agradecimento ao



Município de Góis, em especial aos colaboradores e aos funcionários municipais, assim como a todas as entidades parceiras, pela organização das mais diversas atividades que marcaram a iniciativa “Retratos de Natal”. Destacou a recente iniciativa promovida pelo Município de Góis e pela CIM-RC, com a entrega de um total de cinquenta e quatro equipamentos de proteção individuais à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis. Esta é uma medida fundamental para dotar os nossos Bombeiros com equipamento de trabalho mais seguro, num momento em que estes são cada vez mais requisitados para não só combaterem o flagelo dos incêndios florestais, mas também para mitigar os efeitos das intempéries. No âmbito da cerimónia simbólica de Entrega dos Apoios Atribuídos aos Estudantes do Ensino Secundário e Superior, dirigiu uma palavra de congratulação ao Município de Góis pela continuação desta iniciativa, que no ano letivo 2025-2026 está a apoiar 44 jovens num investimento total de 14.900€, sendo esta a prova de que Município de Góis faz uma aposta na qualificação dos jovens goienses, com o intuito de promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, independentemente da origem geográfica ou condição económica. Destacou ainda, a presença do Município de Góis no primeiro momento das Comemorações a Monsenhor Nunes Pereira, numa cerimónia que decorreu no mês de janeiro, no Seminário maior de Coimbra, informando que no próximo mês de setembro, irá ocorrer na Igreja da Ponte do Sótão, uma iniciativa que visa assinalar a obra do Monsenhor Nunes Pereira, presente com obras da Via Sacra em ferro. Este facto valoriza ainda mais todo o apoio fornecido pelo Município de Góis nas obras de recuperação da Igreja da Ponte do Sótão, na preparação das comemorações associadas ao Monsenhor Nunes Pereira. No contexto natalício, salientou os recentes sorteios realizados no âmbito das iniciativas da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e da Câmara Municipal de Góis, que promoveram as compras no comércio local, dirigindo uma palavra de parabenização aos vencedores, aos participantes e a todas as entidades por continuarem a apostar na valorização do comércio local. Ainda neste contexto, destacou o trabalho da Lousitânea, com o programa Natal de Xisto, e da Comissão de Melhoramentos das Cortes, com o programa Cortes Aldeia Natal, pelas respetivas iniciativas, concursos e decorações natalícias apresentadas. Destacou a recente notícia da realização da organização do Festival Chronosphere no Concelho Góis, um novo evento que se realizará no mês de agosto de 2026. Este será o primeiro festival europeu de música eletrónica e artes com uma abordagem inclusiva, prometendo aliar a música à arte imersiva e à sustentabilidade. Estes eventos são muito importantes para a atração de novos públicos ao nosso concelho e para divulgar o melhor que a nossa região tem para oferecer. Destacou também as parcerias já estabelecidas entre a organização do festival e diversas entidades locais, como a Câmara Municipal de Góis, a Associação de Juventude de Góis



e o Góis Moto Clube. Dirigiu uma palavra de agradecimentos aos organizadores deste festival, por reconhecerem em Góis a potencialidade para a realização de eventos deste tipo. Parabenizou a Associação Educativa e Recreativa de Góis pelo concerto apresentado, no passado dia 1 de fevereiro, na Casa da Cultura de Góis, que contou com a participação da Banda Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Góis e do Coro Misto da Associação Educativa e Recreativa de Góis. Destacou também o recente evento organizado pela Filarmónica Varzeense, com a audição dos elementos da escola de música da Filarmónica Varzeense e o pequeno concerto da Banda Juvenil. Seguidamente, deu nota da presença da Corrida do Entrudo das Aldeias do Xisto de Góis no Festival de Máscaras de Surva, em Pernik, na Bulgária, que decorreu entre os dias 16 e 18 de janeiro. Esta presença decorreu de uma parceria entre o Município de Góis e a Lousitânea, levando uma emblemática tradição das Aldeias de Xisto do Concelho de Góis a um dos mais importantes Festivais de Máscaras da Europa. Ainda no âmbito da divulgação da Corrida do Entrudo das Aldeias do Xisto de Góis, destacou a presença de diversos foliões no Encontro Galhofa, que ocorreu no dia 24 de janeiro na aldeia de Arcas, em Macedo de Cavaleiros. Passando à dinâmica desportiva, parabenizou o Góis Moto Clube pela organização e realização da primeira Etapa do Campeonato Nacional de Enduro, prova que ocorreu no passado dia 25 de janeiro. Esta etapa contou com a participação de cerca de 200 pilotos e atraiu diversos admiradores da modalidade, que não se deixaram intimidar pelas condições climatéricas adversas. Destacou, principalmente, o trabalho da Comissão Organizadora, dos voluntários e das mais diversas entidades que cooperaram para a realização desta etapa. A organização deste tipo de eventos é fundamental para divulgar o nosso concelho, bem como para atrair pessoas na época baixa, e contribuir para a dinamização da economia local nesse período. Este facto é ainda mais reforçado pelo recente estágio da Seleção Portuguesa de Enduro em Góis, que percorreu as diversas etapas da prova de enduro anteriormente realizada. Referiu ainda que este estágio foi orientado pelo piloto goiense Diogo Ventura. Destacou a organização do Passeio dos Reis, no passado dia 4 de janeiro de 2026, na aldeia do Açor, na União de Freguesias do Cadafaz e Colmeal. Esta iniciativa reuniu algumas dezenas de entusiastas na aldeia de Açor para um passeio de bicicletas e uma caminhada e posterior convívio. Para finalizar, apresentou uma palavra de profundo agradecimento a todas as entidades envolvidas na resposta e nos esforços de recuperação dos estragos causados pela passagem da tempestade Kristin em Portugal e, mais particularmente, no concelho de Góis. Neste âmbito destacou o trabalho da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis, da Câmara Municipal de Góis, das Juntas de Freguesia e da Proteção Civil de Góis. Nomeadamente os responsáveis, funcionários e colaboradores destas entidades. O esforço conjunto foi e será fundamental para enfrentar este momento

particularmente exigente e para assegurar a proteção das populações e a reposição da normalidade. É igualmente justo e necessário destacar o contributo dos populares que, de forma voluntária e solidária, não hesitaram em ajudar. A sua disponibilidade, espírito de entreatajuda e sentido de responsabilidade coletiva foram determinantes nos trabalhos de limpeza, apoio e recuperação. A todos os que deram o seu contributo, deixo um sincero reconhecimento e uma palavra de gratidão. Associamo-nos à intervenção inicial do senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixando uma palavra de solidariedade para todos os lesados e afetados na passagem da tempestade Kristin. Muita força e coragem para ultrapassarem esta forte adversidade, em especial, uma palavra encorajadora e de esperança para os residentes da Freguesia de Alvares.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, informou que iria expor um assunto que, por várias vezes, já falou do mesmo, sendo do seu conhecimento ser uma preocupação de todos, o Rio Ceira. Efetivamente referiu que não iria expor o assunto devido às consequências desta última tempestade, uma vez que também no verão se verificam situações que também nos causam preocupação. Salientou que o tema em questão merecia ser debatido numa sessão para esse mesmo efeito. Contudo, referiu que devido à sua atividade profissional é conhecedor desta matéria que naturalmente não é do conhecimento geral, mas entende ser importante para todos. Referiu que nos órgãos de comunicação social foi comunicado o desconhecimento geral de que o Rio Ceira tem uma barragem, salientando que o Rio Ceira tem duas barragens, ou seja, a barragem de Monte Redondo, em Carcavelos, e a barragem do Alto Ceira, propriedade da EDP, situando-se esta última no concelho de Pampilhosa da Serra, lembrando a existência de uma primeira barragem que foi em tempos semidestruída, tendo, no ano de 2014, sido construída uma nova barragem, esta mais a jusante, i.e., mais para o nosso lado, a qual presentemente se encontra a armazenar mais água do que a anterior armazenava. Referiu que no cimo da barragem existe um túnel que canaliza a água para a barragem de Santa Luzia, sendo do conhecimento geral que esta produz energia, sendo do interesse da EDP nesta barragem a produção de energia, bem como ter a barragem cheia o mais tempo possível para assim que vierem as primeiras chuvas a água ser canalizada pelo túnel para Santa Luzia para produção de energia. É um facto que ao invés do que estão a fazer nas restantes barragens do país, nesta não o fazem, ou seja, antes de acontecer estas intempéries, deve ser vazada parte da água da barragem, i.e., devem ser abertas as portas do fundo para limpeza dos detritos que ali se encontram e quando vem uma cheia a água encaixa ali e, naturalmente, não vem com a intensidade que ora verificamos, nem causam os problemas que se têm verificado. Pelo que ao não ser tomado este procedimento qualquer água que passe na barragem passa causando os problemas que

verificamos. A quantidade de água que vem tanto do Ceira, como no Sótão, traz-nos grandes problemas ao nível dos açudes, pontes, paredes, margens, entre outros. No verão o problema é bem mais grave, não há água, uma vez que a barragem tem um caudal ecológico, i.e., a EDP é obrigada a deixar sair o caudal ecológico, 30 litros por segundo, fixado em 1957, sem que tenha havido qualquer atualização, ou seja, o caudal ecológico atualmente é o mesmo que existia no ano de 1957. Acresce que não existe qualquer fiscalização, referindo que a barragem anterior não tinha o caudal ecológico, tendo esta barragem um caudal ecológico, ou seja, um tubo com 20 cm de diâmetro, sendo a única água que o rio Ceira tem no verão, facto que não pode acontecer, mas acontece pelo facto de ninguém fiscalizar esta situação. Se se verificar o projeto sobre a segunda barragem verifica-se que quem emitiu o parecer ambiental sobre a barragem emitiu-o positivo, mas condicionado, incidindo o condicionado no caudal ecológico, ou seja, foi definido para cada um dos meses o caudal que deve sair por esse tubo. Referiu que in loco pôde constatar o tubo por onde passa o caudal ecológico para o Rio Ceira, comparando-o a uma mangueira de jardim, referindo ter fotos que o comprovam. Naturalmente, que o nosso Rio Ceira não pode sobreviver no verão com o caudal que nos é expedido pela barragem pelo que entende que deve todo este processo ser devidamente fiscalizado, existindo medidores de caudal que devem estar no local e que o registam, sendo de todo importante que tenhamos conhecimento da água que dali sai. Efetivamente sobre o rio muito ainda há para falar, fazendo referência aos pilares das pontes, em virtude da não existência de açudes faz com que a água venha impetuosamente e remova os alicerces das pontes, podendo estas infraestruturas estar em perigo, tendo para o efeito explicado de como eram feitos os pilares dessas pontes, usando grades de eucaliptos as quais só funcionam se estiverem na água, pois se secarem apodrecem e desaparecem, pondo em risco a segurança das pontes. Concluiu, referindo tratar-se de um assunto que merecia ser devidamente debatido, em virtude de que o rio tem de ser visto no seu todo, pelo que sugeriu que a Câmara Municipal solicitasse um estudo a uma universidade, dando como exemplo a Universidade de Aveiro, por ser um modelo em questões ambientais, estudo esse que deve integrar o Rio Ceira em todo o percurso do nosso concelho, integrando no mesmo a barragem, entendendo que somente com um estudo é que conseguiremos, de alguma forma, manter o Rio como o tínhamos há alguns anos a esta data. Recordou que nos períodos de maior calor, por falta de sombra, começam a aparecer as algas o que poderá ter consequências ao nível do turismo, sendo o seu foco não tanto em termos turísticos, mas sim ao nível de um excelente recurso natural que temos e que devemos manter em excelentes condições. Por último, apresentou à Mesa desculpas por ter ultrapassado o tempo estabelecido para uso da palavra, porém entende que o assunto exposto é demasiado importante e que merecia que também fosse objeto

de um debate.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou o pedido de desculpas apresentado, no entanto o assunto exposto é deveras importante para o concelho fazendo todo sentido apresentá-lo no ponto em questão. Lamentou o facto de quem está a acompanhar esta sessão online não tenha tido a oportunidade de ter ouvido a sua mensagem, pois foi exposta por quem tem conhecimento na área, pelo que quem tem esta ação de protesto em deslocar-se ao púlpito para o uso da palavra deverá ter consciência de que não foi ouvido e visto na apresentação de assuntos de interesse para o município.----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a exposição do membro senhor Diamantino Jorge Simões Garcia por ter conhecimento do assunto exposto e tudo o que nos transmitiu naturalmente que nos gera preocupação, tendo sido o assunto também abordado, em sede do Executivo, pelo senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia, pelo que também lançou um desafio ao membro senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, salientando que pela responsabilidade que todos eleitos têm, solicitou que as questões expostas fossem reportadas à sua pessoa através de um documento, para que possa efetuar a abordagem sobre o assunto junto das competentes entidades, e convidar a entidade, que poderá naturalmente ser a Universidade de Aveiro, para efetuar o estudo, para que se possam vir a tomar algumas medidas e também exigir da parte de quem tem direito que nos apresentem respostas relativamente às situações ora elencadas que são preocupantes. O rio é um património que também é nosso devendo ser tomados procedimentos para a sua preservação, pelo que pela responsabilidade dos cargos que desempenhamos assim nos obriga. Nesse sentido, reiterou a necessidade do membro lhe encaminhar um documento com as questões colocadas para que as possa encaminhar a quem de direito.-

-----Dada a palavra, o senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que a situação exposta sobre o rio é uma “guerra sua antiga”, tendo achado curioso que consultado o Google sobre pesquisar “caudal ecológico na barragem do Alto do Ceira” aparece-nos um conjunto de documentos que considera interessantes, sendo curioso que na avaliação do impacto ambiental, quando é mencionado a saída de litros p/mês, curiosamente é visível que em agosto o número de litros a sair é menor, não se percebendo o porquê de nesse mesmo mês o caudal ecológico ser menor que o caudal ecológico fixado inicialmente. Referiu ainda, que um dos documentos apenso a esse estudo é uma ata da Câmara Municipal com a sua intervenção sobre o assunto em causa. Referiu a sua disponibilidade em colaboração neste processo, tratando-se de situações óbvias que vemos, sentimos, mas que nada se tem feito para as resolver, apenas falamos.-----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, em defesa da honra,

referiu que na sequência da palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal quando proferiu que os munícipes em casa não a conseguem ouvir e que a membro não quer que a ouçam, realçou que não corresponde à verdade, parecendo-lhe que o senhor Presidente da Assembleia Municipal a tomar este procedimento poderá estar a tomar uma atitude que compara como “de ditador”, referindo tal como mencionou o membro Diamantino Jorge Simões Garcia, o Presidente da Assembleia Municipal a tomar este procedimento considera não haver democracia, não reunindo condições de logística para usar da palavra no púlpito, porquanto terá que se fazer acompanhar pelo seu computador e documentos. Acresce, que o senhor Presidente da Assembleia Municipal no início quando fez alusão ao púlpito mencionou que o mesmo seria para ser utilizado por todos e para qualquer intervenção, pelo que entende que sempre que a Mesa desejar intervir, assim como o Executivo, deverá também fazê-lo no púlpito, questionando se será para todos ou somente para alguns. Como mencionou na sua primeira intervenção, referiu que esta sessão é de trabalho, pelo que analisa todos os assuntos para que possa intervir sempre que entenda, pelo que a sua presença nesta sessão é para trabalhar. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou qual a questão de logística que não foi prevista para que a membro não possa usar da palavra no púlpito.-----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu que solicitou para que os documentos sejam remetidos por correio eletrónico para trabalhar diretamente com os mesmos e efetuar os apontamentos que entenda a fim de poder consultar a documentação aquando do uso da palavra, pelo que entende não ser prático usar da mesma no púlpito quando para se expressar sobre determinado assunto terá que consultar as anotações no computador e também em formato papel.

-----Dada a palavra, o senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, em defesa da honra, referiu reconhecer mérito a alguns artigos constantes do Regimento da Assembleia Municipal, bem como aquela que tem sido a postura da Mesa da Assembleia Municipal, não concordando com tudo que a Mesa da Assembleia Municipal apresenta. Sobre a intervenção relativa a assuntos de interesse para o Município referiu que nas suas intervenções tem como objetivo apresentar assuntos sobre questões relativas ao concelho, pelo que quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal insinuou sobre os contributos e do trabalho efetuado em prol do concelho, lembrou que tem dado o seu contributo em temas políticos desde o ano de 2009, pelo que o senhor Presidente da Mesa ainda terá que esperar muitos anos para que o seu contributo seja semelhante, salientando não ter gostado de ter colocado em causa aquela que tem sido a sua dedicação, apesar de não se ter dirigido diretamente à sua pessoa, apenas insinuou, tendo novamente feito referência ao seu nome no edital, havendo outras abstenções onde não foram

identificadas o nome das pessoas, entendendo ser um ato de discriminação, manifestando o seu desagrado. Terminou, referindo reconhecer a existência de mérito em algumas coisas, porém entende que deve o senhor Presidente da Mesa também aceitar a existência de outras coisas menos boas e que muitos não concordam com estas, referindo que não irá ao púlpito sempre que usar da palavra, não por desconsideração por ninguém, nem por falta de defesa dos interesses do concelho, mas por considerar não ser o método mais adequado para discussão dos trabalhos. Ainda sobre esta metodologia entende ser eficaz numa Assembleia Municipal com um número substancial de eleitos, como a de Lisboa, 75 eleitos, pelo que num concelho com uma dimensão como o nosso entende que o senhor Presidente da Assembleia Municipal não precisa de ir tão longe.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu considerar que uma Assembleia Municipal face ao número menor ou maior de eleitos merece o mesmo respeito, consideração, e as mesmas condições para quem nos ouve, porquanto temos que nos adaptar à realidade, sendo as plataformas digitais uma realidade, sendo significativo o número de pessoas que nos acompanha online e, por esse mesmo facto, devem estar reunidas as melhores condições para quem se associe à transmissão da sessão o possa fazer sem qualquer tipo de constrangimento relativamente ao som/imagem. Acresce que a figura da defesa da honra deverá ser usada para verdades proferidas, pelo que a sua pessoa jamais falou do trabalho do membro em prol do concelho. Lamentou, esta forma de fazer política, pelo que quando essas acusações são o que interessa para o município está tudo dito sobre os nossos objetivos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**PÚBLICO:**-----

-----O senhor Francisco Neves, residente em Ponte do Sótão, referiu que quando se verificam cheias no Rio Sótão é visível na zona do açude a existência de muito entulho, destroços de madeira, o que faz com que a água transborde para os terrenos confinantes, tendo um terreno seu ficado com alguns dos destroços, uma vez que em tempos solicitou que fosse corrigida uma situação a qual ainda se encontra na mesma, tendo para o efeito apresentado o que recentemente aconteceu, pelo que importa corrigir esta situação. Fez menção a uma outra ponte, localizando a mesma, sendo que a Câmara Municipal há já alguns anos tentou ali fazer uma piscina tendo feito um tapume, que deu mal resultado, tendo nas primeiras chuvas a zona ficado cheia de entulho, tendo para o efeito partido uma das muralhas, encontrando-se ainda no local a outra muralha, verificando-se muita lenha nesta zona, bem como que esta zona de água encontra-se sempre cheia de lixo, pelo que deviam ser feitos trabalhos de forma a que a água pudesse escoar. Um outro assunto, é sobre o muro existente à beira da estrada pois quando

andaram a proceder à pavimentação do piso apesar do muro se encontrar frágil há zonas que após pavimentação ficaram ainda piores do que estavam correndo o risco deste se desmoronar-se importando também fazer esta reparação. Sobre o chafariz existente nesta localidade, referiu que presentemente este espaço necessitava de estar bem mais conservado, apesar de não estar em funcionamento. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que irá verificar as situações apresentadas pelo munícipe, tendo feito referência à retirada do excesso de madeira pelos serviços da Câmara Municipal no dique da zona balnear, sendo que quanto aos outros assuntos irá dar indicação aos serviços para verificação para que possam vir a ser reparados.-----

-----O senhor Carlos Barata, residente em Ponte do Sótão, informou que com as intempéries que se têm sentido a barreira por detrás dos eco pontos corre o risco de desmoronar-se, chamando a atenção para que esta situação seja verificada porquanto se se verificar a continuidade de chuvas fortes poderá colocar em risco o acesso da estrada de ligação aos Conhais, bem como uma habitação ali existente. Informou que há dois dias verificou uma enorme derrocada tendo se soltado duas pedras de grande dimensão que partiram a conduta que liga o aqueduto ao rio, aqueduto esse que recebe águas vindas dos Conhais, também do lado da barreira e do cimo do lugar, sendo um pequeno rio que ali desagua, ou seja, na sequência deste desmoronamento verificou-se inundações dos lameiros ali existentes, estando a água a cair sob a base do talude, pelo que solicitou que os serviços municipais verificassem essa situação no mais curto espaço de tempo. Ainda sobre derrocadas referiu a existência de mais algumas, apesar de menor dimensão carecem também de serem intervencionadas, Ponte do Sótão-Portela de Albergaria, Pontão do Seladinho, tendo para o efeito exposto o que aconteceu nesta zona. Na sequência do incêndio ocorrido, no passado verão, nesta zona, referiu que seria importante que a Câmara Municipal tomasse alguns procedimentos junto da EDP relativamente às linhas de alta tensão que passam na zona balnear, porquanto estas impedem de os helicópteros ali se abastecerem. Ainda sobre os ecopontos referiu verificar-se que muitos dos detritos são colocados junto a estes caixotes, sendo exemplo disso alguns sobrantes de jardins e monos, propondo que a Câmara Municipal entregue um flyer informativo para que os munícipes desta localidade tenham conhecimento de qual o lixo que deverá ser colocado nos recipientes para reciclar, bem como um edital informativo com o contacto telefónico para o qual deve ser comunicado a necessidade de recolha de monos particulares. Ainda sobre o incêndio ocorrido no verão, expôs uma situação de evacuação da aldeia protagonizada por dois agentes da GNR, pelo que fazendo esta localidade parte do Programa Aldeia Segura há uma equipa preparada para tomar os procedimentos em caso de risco de incêndio, não tendo a mesma tido a oportunidade de os fazer, pelo que sugeriu a

criação de um flyer, a ser distribuído pelos residentes, de forma a que tenham que conhecimento dos passos que têm de tomar em caso de evacuação. Por último, referiu a necessidade de reposição do piso, por parte da APIN, após alguns trabalhos, de forma a que as vias não fiquem, novamente, danificadas.---

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à queda de barreiras no âmbito desta última intempérie referiu que todas as situações que têm vindo a ser sinalizadas encontram-se a ser monitorizadas, pelo que devido ao volume de ocorrências não irá indicar uma data para a reposição destes danos, porém os necessários trabalhos irão ser realizados. Sobre a linha de alta tensão referiu que, na altura, foi essa questão reportada à competente entidade para tomar os devidos a procedimentos, pelo que irá reiterar o pedido anteriormente efetuado. Sobre os ecopontos referiu tratar-se de uma questão de educação ambiental, cabendo ao cidadão agir de acordo com a separação do lixo, referindo que a situação exposta não acontece somente nesta localidade, acontecendo também em Góis, em que há contentores e verifica-se a existência de detritos em torno destes. Efetivamente poderá ser elaborado um edital. Em relação à situação exposta sobre a evacuação da aldeia referiu ser do seu conhecimento tendo na altura sido tomados os devidos procedimentos junto das competentes entidades. Sobre os monos informou que a Câmara Municipal tem um serviço de recolha, pelo que os interessados devem proceder previamente ao contacto para que seja agendado o dia em que estes serão recolhidos. Sobre a reparação das situações existentes no piso informou ter sido a mesma reportada à APIN.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se mais algum cidadão do público desejava intervir, não tendo havido mais inscrições.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO DOCUMENTO DE RECOMENDAÇÕES - MERCADO MUNICIPAL--**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que na sessão extraordinária, realizada no mês de janeiro, realizou-se um debate subordinado ao tema do Mercado Municipal, o qual objetivava que, após discussão entre os eleitos, a população e os agentes económicos que comercializam no nosso mercado semanal e, futuramente, no mercado municipal, o surgimento de um documento de recomendação. Pelo que feito um breve resumo das discussões e sugestões apresentadas foi elaborado o documento facultado à Assembleia Municipal, para discussão e aprovação para que possa ser remetido à Câmara Municipal, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura, membro eleito pelo PS, previamente a pronunciar-se sobre o assunto em discussão, referiu que usar da palavra no púlpito poderá naturalmente ser inibidor à

participação democrática e cívica não somente dos membros da Assembleia Municipal, mas também dos cidadãos do público, sendo esse o seu maior receio que o púlpito possa inibir as pessoas de participarem e, somente, por esse facto entende que deveria ser repensado este procedimento. Ainda sobre o assunto, referiu que se foi dada a opção aos cidadãos do público de intervirem na plateia usando um microfone, questionou o porquê de não ter sido dada também essa mesma opção aos membros da Assembleia Municipal, sendo sua opinião que, numa próxima sessão, seja equacionada a possibilidade que quem desejar usar da palavra o possa fazer no seu lugar, caso não se sinta confortável para o fazer no púlpito. -

-----Relativamente ao Mercado Municipal saudou o senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter promovido o debate sobre esta futura infraestrutura tendo a discussão desta temática sido enriquecedora pela partilha da experiência dos Vereadores dos Municípios de Arganil e Tábua. Referiu que na sua ótica o debate terminou com um sentimento “agridoce” pois o foco de parte das intervenções foi sobre a localização do mercado, tendo apenas sido informado, no final do debate, pelo senhor Presidente da Câmara Municipal que a localização já teria sido escolhida, e teria que ser no local apontado na sua intervenção, tendo para o efeito esclarecido do porquê, pelo que questionou se a localização não deveria ter sido previamente comunicada no sentido de as intervenções preparadas, por quem da palavra usou, sobre o possível local, pudesse emitir uma outra opinião, ou seja, a sua opinião reajustada ao local já escolhido. No entanto, reafirmou que sobre o Mercado Municipal a realização desta obra é benéfica para o concelho, pelo que sendo uma decisão política deve ser aproveitada a oportunidade de ser financiada, pelo que sendo a localização na Av. Eng.º Augusto Nogueira Pereira poderá ser o projeto objeto de discussão com a equipa projetista, deixando a questão sobre a utilidade do debate, reafirmando ter sido bem-sucedido. Mais questionou se o debate sobre o Mercado Municipal irá constar na ata da sessão extraordinária, pois a constar entende que o documento em apreço deveria ser bem mais completo, com as intervenções constantes na ata, não compreendo qual o objetivo deste documento, bem como o porquê de não terem sido solicitados aos membros da Assembleia Municipal contributos para o mesmo.-

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à primeira intervenção do membro referiu que cada membro não dispõe de microfone apenas por questões logísticas, tendo sido solicitado um orçamento o qual rondava os cerca de quinze mil euros, sendo que no dia de hoje o microfone utilizado foi apenas para não bloquear a participação do público, pelo que qualquer membro eleito tem no púlpito as condições logísticas para usar da palavra, reiterando as suas palavras que apenas se encontra a experimentar um novo formato, para verificação dos pontos fortes e fracos, a fim de se poder equacionar a hipótese mais viável para uma transmissão da sessão mais perceptível.-----

-----Relativamente ao documento de recomendação referiu que o mesmo foi presente a esta sessão a fim de ser discutido bem como para angariar alguns contributos, caso seja do interesse de algum dos membros. Sobre a localização do futuro Mercado Municipal referiu que pelo que entendeu existe uma ideia onde poderá ser a sua implementação, não quer dizer que a mesma será nesse mesmo local, daí o documento de recomendação fazer referência a essa localização e de fazer um resumo, tal como a ata terá um resumo das intervenções, porque obviamente a decisão será do Executivo, sendo que a Assembleia Municipal deverá ir ao encontro do que foi o resumo dos intervenientes, parecendo-lhe que a localização tem um potencial promovendo a dinamização das estruturas locais é abrangente e aglutinadora das diferentes visões que tivemos e ainda bem que são diferentes porquanto é esse o objetivo de um debate. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foi dito que a localização prevista para a implementação do Mercado Municipal é no espaço municipal, entre o Pavilhão Gimnodesportivo e o Posto da GNR, para aproveitamento daquele espaço complementado algumas infraestruturais ali existentes potenciando a infraestrutura para outro tipo de iniciativas. Em relação à equipa projetista informou ter sido já realizada consulta ao mercado tendo dado a palavra à senhora Chefe da DGUPA para se pronunciar.-----

-----Dada a palavra, a senhora chefe da DGUPA referiu que a contratação está na fase de cabimento da despesa para que possa ser efetuado um ajuste direto para que sejam cumpridos os prazos da candidatura face ao timing para apresentar o projeto para financiamento.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, sobre as palavras que irá proferir referiu que estas não sejam interpretadas como seja contra o Mercado Municipal, bem como não deseja que pensem ser contra a este tipo de debates, os quais na sua opinião poderão efetivamente ser bastante produtivos. Relativamente ao debate sobre o Mercado Municipal, na anterior sessão da Assembleia Municipal, referiu ter-se sentido um mero “figurante”, referindo o porquê, ou seja, pareceu-lhe um filme realizado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, com dois “atores” cujas intervenções reputou de interessantes, tendo convidado a Assembleia Municipal para debater o o assunto, o qual devia ter-se iniciado sobre a questão de que se valerá a pena a construção desta infraestrutura, que tipo de infraestrutura deverá ser construída, as funções da mesma, e, posteriormente, a sua localização. Referiu que no debate teve a oportunidade de expressar que a localização era o que menos o preocupava, mas sim ser sua preocupação o edifício/espço e a sua utilidade. Após as intervenções, referiu que pode concluir que tivemos num debate a fazer “figura de corpo presente” porquanto estivemos a discutir um

assunto que à priori já estaria decidido, o que com as suas palavras não quer dizer que está mal decidido, uma vez que entende que pior que a decisão é a indecisão, pelo que entende quem tem de decidir deverá fazê-lo, não estando contra, nem a por em causa a decisão tomada. Mais referiu não ter ficado surpreendido com o que aconteceu, apenas se sentiu mal e desconfortável, sentimento partilhado por outras pessoas, tendo apenas ficado surpreendido, pelo facto de um dos “atores” pessoa que respeita, o senhor Presidente da Câmara Municipal, ser “ator” daquele espetáculo, entendendo que nas competências da Assembleia Municipal compete-nos acompanhar e fiscalizar a Câmara Municipal, não nos competindo substituir a Câmara Municipal. Pelo que lhe referiu que lhe pareceu que estávamos na Assembleia Municipal e, este momento vem nesse seguimento, no fundo a substituímo-nos à Câmara Municipal, a todo o Executivo, o que no seu entender é perfeitamente incorreto. Face ao exposto, questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre se teria conhecimento de que já haveria uma localização pensada, bem como haveria também contactos com equipas projetistas para elaboração do projeto.-----

-----Relativamente ao documento em apreço referiu que o mesmo surge na sequência das suas palavras, i.e., o mesmo não traz nada de diferente que qualquer documento traria para qualquer mercado municipal fosse qual fosse a sua localização, apenas se trata de uma recomendação para o senhor Presidente da Câmara Municipal entendendo que a Assembleia Municipal não tem autoridade para isto, ou seja, não nos podemos substituir à Câmara Municipal, podendo efetivamente ser uma visão sua, contudo é o que pensa. Referiu ainda ser um assunto da competência da Câmara Municipal pelo que se entendesse que deveria fazer uma discussão mais alargada sobre o assunto deveria ser a própria a fazê-lo antes de ter tomada a decisão, pelo facto de os comerciantes presentes se devem ter sentido como a sua pessoa “enganados” porquanto foram convidados para debater um assunto que já estaria decidido.-

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que as palavras ora proferidas são o ponto de vista de quem as proferiu, sendo que ao promover o debate o seu ponto de vista não foi o mesmo do membro, tendo sido para primeiro debate bastante participativo, salientando que tinha conhecimento de qual o local que poderia recair a localização do mercado municipal, realçando que sempre que há uma ideia a mesma não é fechada pois ao ouvir a posição de alguém sobre a mesma poderá efetivamente a sua modificar-se, tendo nessa sessão referido que sempre que há partilha de ideias com outras pessoas fazemos acreditar, sonhar, crendo que o debate foi benéfico nesse sentido, crendo que o que foi partilhado pelos Vereadores de Arganil e Tábua, bem como os contributos por parte de quem usou da palavra obviamente que valorizou a ideia de aproveitar uma oportunidade de financiamento para a

concretização de um projeto que à nossa escala e com os contributos apresentados pelos agentes económicos venha a ser uma realidade no nosso concelho. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal primeiramente referiu não se ter sentido “ator” no debate, nem muito menos tem perfil para isso pelo que, caso o tivesse, certamente estaria em Hollywood. Referiu que a sua participação foi pelo cargo que ocupa e no sentido de esclarecer algumas questões. Relativamente à localização do mercado municipal referiu que tal como mencionou incide sobre um local estratégico bem como outras utilizações no espaço, sendo que quanto ao projeto a executar, o mesmo será do conhecimento de todos estando recetivo a opiniões que possam ser uma mais-valia para o que se pretende implementar.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Regimento faz referência a debates relevantes em que estes podem ser introduzidos sobre matérias atuais, urgentes ou muito importantes para o Município, pelo que o documento em apreço trata-se de uma recomendação o qual foi elaborado em função do debate sobre o tema em questão, podendo ao mesmo ser acrescentado algum contributo que se considere importante no sentido de que o documento seja remetido à Câmara Municipal sendo da competência deste órgão acolher ou não novas propostas de recomendações ou sugestões feitas pela Assembleia Municipal, ou seja, não sendo este documento vinculativo, mas sim de recomendação à Câmara Municipal a quem compete executar.-----

-----O senhor Diamantino Jorge Simões Garcia, membro eleito pelo PS, referiu que quando usou das expressões “figurante” e “ator” não foi sua intenção menosprezar ninguém apenas porque exemplificou com um filme que quem não é “figurante é “ator”. Relativamente à resposta dada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de ser conhecedor da localização referiu que conhecendo à priori aquela que poderá ser a localização mesmo assim entendeu lançar o debate em que quem usou da palavra falou de uma possível localização. Todavia, referiu que nem o senhor Presidente da Câmara Municipal, nem o senhor Presidente da Assembleia Municipal fez alusão às palavras por si proferidas relativamente à questão da competência da Assembleia Municipal para substituir, neste caso, a Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o órgão deliberativo pode apresentar recomendações ou sugestões à Câmara Municipal, entendendo que no papel de valorização do eleito local ainda mais relevância dá ao órgão Assembleia Municipal, sendo esta a sua visão. Seguidamente, colocou o documento à votação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com onze votos a favor, do PSD, e oito abstenções, do PS, aprovar a o Documento de Recomendações - Mercado Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão pelas 19.55 horas para um breve intervalo, tendo a mesma sido retomada pelas 20.00 horas.-----

-----**2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES**-----

-----O senhor Presidente deu conhecimento da deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia treze de janeiro de dois mil e vinte e seis. Acrescentou que o documento nasceu de uma candidatura conjunta com a CIMRC denominada “A Tua Casa” ao abrigo do Programa para o Asilo, a Migração, e a Integração, destinada à elaboração ou atualização do Plano Municipal para a Integração de Migrantes. Referiu que da análise feita pode constatar que 10% da população concelhia é estrangeira afirmando o senhor Presidente da Câmara Municipal, conforme parcelar, ser fundamental ter um documento desta natureza no sentido de ser orientador para aquelas que devem ser as estratégias e as políticas do Município de Góis para atuar nesta área.-----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, referiu que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes foi construído com especial foco num diagnóstico local muito baseado num questionário à comunidade migrante, sendo que apesar da metodologia ser considerada a adequada e eficaz, atendendo aos objetivos propostos para o plano de ação, podemos verificar que a amostra dos inquiridos é reduzida, pois se consubstancia apenas em cerca de 12% dos migrantes residentes (40 dos 328), podendo originar fragilidades ao nível da representatividade dos resultados, já que não espelha a concreta realidade e compromete a adequação e eficácia ao nível da definição das medidas a implementar, que se pretendem concretas, direcionadas e específicas. Em simultâneo, verifica-se que a elaboração deste plano foi muito baseada no diagnóstico local e pouco focada na estratégia e concertação do plano de ação e respetivas intervenções, já que estão indicados neste documento objetivos estratégicos a cumprir a que não correspondem ações concretas, facto que pode comprometer a eficácia de um plano desta natureza, dando como exemplo os seguintes objetivos: Reforçar o acolhimento e informação, atendendo que a maioria dos inquiridos refere que não teve apoio ao nível da integração, contudo não é referido os motivos pelos quais não procuram o CLAIM – Centro Local de Acolhimento e Integração de Migrantes de Góis, serviço disponibilizado pelo Município, logo assim e em alternativa e para colmatar esta fragilidade identificada no diagnóstico podia ser criado por exemplo um guia de apoio à integração da comunidade migrante, formato digital ou papel, que integre elementos orientadores ao nível da documentação e legalização, emprego, habitação, saúde, educação, contactos de emergência, informações de locais de apoio, entre outros que se revelem facilitadores no processo de integração;

fomentar a integração profissional e autonomia económica. Referiu ainda que também não existe atividade concreta que responda a este objetivo definido no plano, que pode ser criada e realizada em parceria com Entidades Empregadoras e IEFP, já que foi verificado que apenas 15% dos inquiridos estão empregados, e como o nível de habilitações académicas é elevado, e apesar de não existir no diagnóstico referência à experiência profissional no país de origem, o que facilitaria o direcionamento para a integração, não é justificável esta falta de integração no mercado de trabalho e deverá ser colmatada com ações específicas. Por outro lado, ao nível dos eixos de intervenção e atividades definidos no plano de ação, deveriam constar indicadores de resultado e realização mais claros e objetivos, de forma a permitirem uma monitorização e avaliação mais eficaz, que possibilitaria a definição e aplicação de medidas corretivas e de reorientação ao longo do processo, assim como deveriam estar identificados os parceiros institucionais referidos no documento e definido o seu papel no cumprimento deste plano de ação. Por fim, e considerando que no documento apresentado consta que a data de início prevista para a implementação do plano de ação é o ano de 2025, decorrendo a sua execução até ao ano de 2027, tendo, portanto na presente data já passado um ano, e considerando que foi definido no plano de monitorização e avaliação do documento, uma avaliação semestral, questionou se já existem resultados que possam ser apresentados no âmbito deste trabalho. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu considerar a análise realizada ao documento pertinente não fosse a mesma feita por alguém com conhecimento na matéria, referindo que quando é feita referência a que apenas 40 dos 328 inqueridos provavelmente não seria de todo fácil ter uma percentagem mais elevada, não tendo conhecimento do tempo dado à equipa técnica para efetuar o referido diagnóstico, porém entende que provavelmente deve ter sido por uma questão de cumprimento de prazos. Ainda sobre o documento referiu que inicialmente houveram lacunas que careceram de correção tendo as mesmas preenchido algum tempo o que poderá ter influenciado algumas das alterações que poderiam ter sido realizadas. Sobre o apoio na integração informou que o Município tem o CLAIM e sempre que nos é solicitado esse apoio a Câmara Municipal fá-lo podendo naturalmente haver situações que possam vir a ser melhoradas. Em relação à questão e apenas dos 15% dos inquiridos estarem empregados, referiu que muitos estrangeiros residentes no concelho se encontram aposentados sendo natural que essa percentagem não seja elevada. Em relação à avaliação semestral informou não ter disponível dados para que possa transmitir informação nesta matéria, todavia estando documento a ser ora aprovado acredita que a referida avaliação possa ainda não ter sido realizada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano

Municipal a Integração de Migrantes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS N.º 4/2026 – REVISÃO AO ORÇAMENTO N.º 1 E REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) N.º 1**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e seis.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, questionou se poderia utilizar o microfone disponibilizado para a intervenção do público. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que como é óbvio a meio de um jogo não se podem alterar as regras do mesmo, não sendo o microfone volante pelo facto de não estarem reunidas condições ao nível de recursos humanos, nem logística, para que se possa utilizar o referido microfone. Relembrou que estamos numa sessão experimental, para melhorar a imagem e som da transmissão desta sessão, apelando para que não continuem a insistir utilizar outros meios que não os disponíveis. -----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, referiu por se tratar de uma sessão experimental poderiam efetivamente as duas situações serem experimentadas, reafirmando as suas palavras que, mais uma vez, não é a sua pessoa que não quer que os munícipes a ouçam, mas sim o senhor Presidente da Assembleia Municipal que não quer que a sua pessoa seja ouvida.-

-----Relativamente ao documento referiu que nesta revisão verifica-se parecer existir um orçamento completamente renovado quando comparado com o que foi apreciado e deliberado há cerca de 1 mês, na Assembleia Municipal de 29.12.25. Referiu que na altura verificou e questionou a aquisição de bens e serviços correntes porquanto existia uma drástica diminuição relativamente a 2025 tendo sido a justificação que incidia sobre os transportes, que a rubrica seria outra, deixaria de estar na aquisição de serviços e passaria a estar nas transferências correntes, tendo também questionado as restantes diminuições nas restantes rubricas, tendo obtido como resposta que lhe seria prestada a devida informação à posteriori, a qual, até à data, ainda não lhe foi prestada. Sublinhou que, afinal não se prevê uma diminuição, de 2025 para 2026, nos bens e serviços correntes, conforme nos quiseram fazer parecer, uma vez que agora há um reforço destes bens e serviços correntes no montante de cerca de 950.000 €. Uma outra rubrica ora reforçada foi a de despesas com o pessoal, questionando do porquê de no mês de janeiro estar a ser feito um reforço desta rubrica, parecendo-lhe não ter havido o devido planeamento. Além do reforço destas rubricas, referiu que se pode constatar que na presente revisão também

incorpora uma nova rubrica, o Mercado Municipal, com a inscrição de 300.000€ na despesa e o valor de 195.000 € na receita de financiamento, pelo que questionou se estes 300.000€ irão ser suficientes para o que se pretende fazer, pois como pôde constatar, há um mês atrás na rubrica não havia internções de fazer o Mercado Municipal, tendo sido essa a informação presente ao órgão deliberativo, reiterando a sua questão se o valor é 300.000€ é suficiente para a realização da referida obra, apesar de haver a possibilidade de financiamento na ordem dos 195.000€ não acredita que o valor de 300.000€ será suficiente para o referido projeto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que presentemente a incorporação do saldo faz-se como fez no passado, e, certamente, saberá que o procedimento é o mesmo. Sobre o reforço nas despesas com o pessoal referiu que o senhor Chefe da DAG irá proceder aos devidos esclarecimentos. Sobre o Mercado Municipal referiu que na altura da elaboração dos Documentos Previsionais não tínhamos conhecimento da possibilidade de apresentar candidatura e, hoje, tal como já conteceu anteriormente, em que os vários Executivos, colocaram determinado valor quase residual, para que se aparecesse uma oportunidade se pudesse executar a obra, pelo que havendo essa mesma possibilidade foi colocado o valor para que se possa executar o que se pretende.-----

-----Dada a palavra o senhor Chefe da DAG referiu que o reforço da rubrica resulta da análise efetuada nos anteriores anos em que se verifica a necessidade de mais para o final do ano reforçar esta rubrica, pelo que se entendeu pela dificuldade que se tem verificado no recrutamento de novos postos de trabalho poderá haver algum acréscimo de necessidade de realização de horas suplementares que também saem desta rubrica e, nessa ótica, na integração do saldo ficou decidido reforçar a mesma.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, iniciou a sua intervenção fazendo reparo a um lapso constante numa data do parcelar sobre o assunto, tendo para feito alusão ao mesmo. Da análise feita ao documento referiu ter ficado surpreendido com alguns dos valores constantes em algumas das rubricas, porquanto após um mês de terem sido apresentados e votados os Documentos Previsionais, presentemente foram modificados alguns valores, tendo dado como exemplo a existência de uma dotação de 25.000€ havendo um reforço desse valor de 40.000€, entre outros valores que elencou, fazendo referência e solicitando os devidos esclarecimentos ao valor constante Seminários, exposições e similares, porquanto teria uma dotação de 77.000€ tendo presentemente esse valor sido reforçado para 173.000€. Na rubrica Instituições sem fins lucrativos referiu a existência de duas rubricas cujos os valores são iguais, embora o código das duas rubricas seja diferente, solicitou esclarecimentos, havendo outros reforços que considera exagerados de acordo com a dotação inicial.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser do conhecimento que ao longo do ano o Município de Góis promove um conjunto de iniciativas pelo que terá que haver uma verba afeta às iniciativas que se encontram planeadas, mas também como outras que possam surgir dentro desta mesma rubrica pelo que havendo verba para as levar a efeito as mesmas poderão realizar-se.-----

-----Dada a palavra, o senhor Carlos da Conceição Jesus, membro eleito pelo PS, tratando-se de uma verba significativa questionou se já está programada alguma iniciativa para ser levada a efeito brevemente. -----

-----O senhor Presidente referiu que o reforço da referida rubrica não implica que haja alguma iniciativa brevemente, existindo algumas atividades que se encontram planeadas e devidamente orçamentadas, porém poderão vir a ser promovidas outras de interesse para as quais a Câmara Municipal terá que ter uma verba para as poder realizar, tendo sido para esse mesmo efeito que a rubrica foi reforçada.-----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, referiu que no que concerne aos recebimentos em atraso existentes em 31.12.2025 verifica-se a existência de um montante total de cerca de 300.000€, existindo valores em atraso desde o ano de 2007, ou seja, há 18 anos, alguns de montante muito substancial, na ordem dos 40 000€, 50 000€ e até 70 000€, pelo que questionou quais as diligências que foram e estão a ser efetuadas para que a Câmara Municipal possa recuperar estas mesmas verbas e quais foram os resultados obtidos, atendo à existência de montantes elevados, havendo também uma situação relacionada com a delegação de competências ao nível da educação, sendo que pelo que teve conhecimento em 2023 foi feita uma proposta de anulação da dívida, questionando sobre as diligências tomadas nesta situação e respetivos resultados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a sugestão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão ao Orçamento n.º 1 e a Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) n.º 1.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

#### -----**4. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/DECLARAÇÕES**-----

-----O senhor Presidente informou que a Assembleia Municipal referiu que a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua mais recente redação refere, no seu artigo 15º (Declarações), que: -----

-----a) “Os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano, declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais” (alínea a) do n.º 1);-----

-----b) “Os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano, identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior” (alínea b) do n.º 1); -----

-----c) “As declarações são enviadas até ao limite do prazo referido no número anterior (...) à assembleia municipal e à câmara municipal ...” (alínea c) do n.º 2); -----

-----d) “As declarações são, ainda, publicitadas no sítio da Internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas” (n.º 3). -----

-----Neste sentido, informou que são presentes ao órgão deliberativo, para conhecimento, as seguintes declarações: -----

-----a) DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31.12.2025; -----

-----b) DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31.12.2025; -----

-----c) DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31.12.2025.-----

-----Seguidamente, deu a palavra aos Grupos Municipais para se pronunciarem sobre o documento.-----

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleito pelo PS, referiu que no que concerne aos recebimentos em atraso existentes em 31.12.2025 verifica-se a existência de um montante total de cerca de 300.000€, existindo valores em atraso desde o ano de 2007, cerca de 18 anos, pelo que questionou quais as diligências para que a Câmara Municipal possa recuperar estas mesmas verbas e quais foram os resultados obtidos, atendo à existência de montantes elevados, havendo também uma situação relacionada coma delegação de competências, sendo que pelo que se apercebeu em 2023 foi feita uma proposta de anulação da dívida questionando sobre as diligências tomadas nesta situação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que há situações que se encontram a ser analisadas pela consultora jurídica a fim de ser apresentada uma proposta para se resolver todas estas situações, referindo ainda que ao longo do tempo têm sido tomadas diligências sobre os processos em questão, tendo sido dadas indicações aos serviços para analisarem a eventual prescrição da dívida, atendendo ao prazo decorrido, para que o Executivo possa deliberar sobre o assunto.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleito pelo PS, questionou se apenas é intenção da Câmara Municipal ficar à espera que as dívidas prescrevam ao invés de tomar diligências para que estas sejam cobradas, realçando a existência de dívidas que se mantêm desde o ano de 2021, salientando que provavelmente irá obter como resposta que anteriormente a 2021 nada se fez, sendo certo que após 2021 nada se fez.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a membro conhece o assunto em questão,

conhecendo também o que se fez em relação ao mesmo, enquanto foi trabalhadora da Câmara Municipal, sendo natural que a Câmara Municipal não irá limitar a que este prescreva, sendo do conhecimento da mesma que foram tomadas diligências pelo que se as dívidas ainda existem é pelo facto de que não se conseguiu cobrar, e deve-se ao facto de haver razões para esse mesmo efeito, existindo processos, os mais recentes, que se encontram para instaurar a respetiva execução fiscal, previamente a ser equacionada a possibilidade de prescrição, existindo dívidas desde 2007 e se as mesmas não foram cobradas foi por alguma razão. As propostas que forem presentes ao Executivo terão que ser devidamente analisadas e fundamentadas, tendo em conta os procedimentos necessários que terão que se efetuar, para se ter conhecimento sobre a possibilidade ou não de serem cobradas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**-----5. CONHECIMENTO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2025 – COMUNICAÇÃO PERIÓDICA-----**

-----O senhor Presidente informou que a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 29.12.2025, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.11.2025 e 31.12.2025.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**-----6. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL-----**

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Grupos Municipais se pretendiam usar da palavra sobre o documento em análise em virtude deste ser somente para conhecimento.-----

-----A senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleita pelo PS, referiu que na sequência da sua intervenção na Assembleia Municipal de dezembro em que nos foi apresentado o relatório com a situação financeira com a data de 31.10.25, sendo o presente com data de 31.12.25 que irá aparecer na prestação e contas a ser aprovada em abril de 2026, pelo que pode constatar que em outubro a receita apresentava uma execução de apenas 65% e, presentemente, “por milagre” aparece com uma execução de 90%, constantando-se ter sido reduzida a receita, a previsão da receita com despesas de capital, vulga fundos comunitários, em cerca de 2,5 milhões de euros, demonstrando que passou a ter uma execução de 90%, mas em contrapartida verifica-se uma redução da despesa com o mesmo montante, apenas com uma execução de 66%, reiterando as suas palavras que estes dados são reveladores da dificuldade que existe em executar o orçamento, principalmente na parte de capital, e, por conseguinte, receber a receita relativa a fundos comunitários inerente a essa despesa. Tal como referiu na anterior sessão deste órgão em que o assunto foi presente poderá eventualmente haver intenções em executar, todavia não há essa mesma capacidade. Referiu ainda, que na sessão de dezembro questionou quais os valores de saldo da gerência consignados tendo sido informado que essa mesma informação lhe iria ser remetida a qual até à data ainda não foi rececionada. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o “milagre” que se opera agora era o mesmo que fazia quando era trabalhadora da Câmara Municipal de Góis, realçando que a membro apresenta uma questão que sabe perfeitamente qual é a resposta, sendo este o “milagre dos peixes” o qual permite que isto aconteça desta maneira. Em relação à questão dos fundos comunitários referiu que quando se fazem candidaturas temos que ter em orçamento a verba prevista para as mesmas, tal como é feito em outros municípios, pelo que não deve a membro estar a minorizar o trabalho que é feito no Município de Góis.-

-----A senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleita pelo PS, referiu que o documento se refere a uma atividade relacionada com a remodelação do Centro de Saúde de Góis, fazendo o documento referência a aquisição e serviços com data de outubro de 2024, pelo que questionou se é referente ao financiamento sinalizado no PRR, investimento na ordem dos 930.000,00€, pelo que consultada a página dos investimentos PRR, esta obra não tem execução, consubstanciando-se a sua questão de quais os procedimentos que se encontram a ser tomados tendo em conta que o prazo limite para a execução dos projetos no âmbito deste Programa Comunitário é agosto 2026, logo questiona quais são os constrangimentos que estão a causar esta situação e quais são os impactos previstos deste atraso ao nível da execução da obra, tendo presente que o não cumprimento dos prazos determina a devolução de verbas eventualmente já recebidas e o cancelamento da candidatura.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o que se está passar com esta obra, não é somente no Município de Góis, pois outros municípios deparam-se com os mesmos constrangimentos, acontecendo que o projetista demorou algum tempo a finalizar o projeto, sendo pretensão executar a obra. Sobre o PRR referiu que apesar de haver um “finca-pé” da CE em não querer alterar datas pelo que tem havido alguma pressão por parte dos Municípios estando a serem providenciadas soluções para que se possam levar por diante alguns dos projetos, sendo intenção do Município de Góis realizar naturalmente esta obra, pelo que iremos aguardar, reiterando as suas palavras por não ser só um problema no nosso município, pelo que iremos tentar executar o que nos for possível até finalizar o prazo estabelecido.-----

-----Dada a palavra a senhora Ana Luísa Santo Duarte Oliveira, membro eleita pelo PS, relativamente às despesas de capital, referiu que constatou que relativamente aos pagamentos o índice está muito baixo, rondando os 35%, estando efetivamente esta questão relacionada com os fundos comunitários e com a aplicação destes fundos em concreto no terreno, questionando o que está a falhar na concretização dos investimentos, projetos ou ações, previstos para este ano de 2025, salientando que desta forma a execução real das obras e investimentos não é efetivada, com os prejuízos que daí advém para o concelho e o seu desenvolvimento económico.-----

-----Dada a palavra a senhora Liliana Cristina da Silva Serra, membro eleita pelo PS, questionou quando é que irá lhe ser facultada a informação dos valores consignados do saldo de gerência a 31.12.25. Alertou o senhor Presidente da Câmara Municipal que quando se dirigir à sua pessoa o deve fazer como membro eleito para a Assembleia Municipal única e simplesmente, não integrando o órgão deliberativo na qualidade de ex-trabalhadora da Câmara Municipal de Góis ou como trabalhadora de outro Município.---

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os constrangimentos existentes na receita de capital e dos diversos projetos que a Câmara Municipal deseja implementar incide sobretudo nos procedimentos relativos à contratação, da apresentação dos projetos por parte dos projetistas o que nos impede de avançar com as obras. Acresce que quando se falou na taxa de execução do PRR existem concelhos em que a taxa é mais elevada porquanto parte dos projetos foram apresentados por privados que conseguiram executar as candidaturas ao invés de muitos municípios que têm tido muita dificuldade por diversas razões de executar as candidaturas apresentadas no âmbito do PRR.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo

quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes ao ponto 3 Antes da Ordem do Dia e os pontos 1 a 3 da Ordem do Dia.-----

-----O senhor Presidente agradeceu a todos o esforço pelas condições existentes por ser uma sessão descentralizada, a qual não tem as mesmas condições relativamente à logística normalmente utilizada, todavia entende que a Mesa reuniu todas as condições para que todos os membros tenham tido a oportunidade no uso da palavra de serem ouvidos com qualidade por parte de quem nos acompanhou presencialmente e também para todos quantos de associaram online. Agradeceu à Equipa Técnica da Câmara Municipal que providenciou as condições para que a sessão tenha sido transmitida nas melhores condições, deixou felicitações extensivas à Associação de Melhoramentos de Ponte do Sótão e ao Público presente, porquanto estas sessões descentralizadas só fazem sentido se os munícipes locais participarem numa ótica de apresentarem questões, propostas sobre a área onde residem, apelando à participação de todos em futuras sessões.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Técnica do Município de Góis que a lavrou.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(Nuno Miguel Almeida Alves Baeta)

A Secretária

---

(Liliana Maria Rosa Pinto)